

## Terapias para TEA no ABC expõem descompasso entre serviço público e demanda

---

Henrique Araújo

Para famílias de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista), o acesso a terapias regulares não representa apenas parte do tratamento, mas um fator decisivo para o desenvolvimento, a autonomia e a qualidade de vida ao longo da infância. No ABC, porém, mães relatam dificuldade para garantir continuidade e intensidade adequadas no atendimento, em meio a modelos distintos nas redes municipais e a um sistema que ainda tenta equilibrar demanda crescente e capacidade de oferta.

A organização do atendimento varia entre os municípios, mas segue uma diretriz comum: a definição individualizada da frequência e da duração das sessões. Na prática, esse modelo resulta em formatos distintos de acompanhamento. Parte das cidades aposta em uma estrutura mais flexível, sem padrão fixo de periodicidade.

Em São Caetano, o atendimento ocorre de forma contínua e sem registro de fila de espera significativa, com definição baseada nas necessidades de cada paciente. Em Mauá, o modelo segue lógica semelhante, com encaminhamento ao CER (Centro Especializado de Reabilitação) e possibilidade de espera, conforme a gravidade dos casos.

Já em Diadema, há indicação mais objetiva de frequência, com atendimentos semanais ou quinzenais, entre 30 e 60 minutos, definidos a partir do PTS (Projeto Terapêutico Singular). O município também projeta a criação de um centro exclusivo para pessoas com TEA.

### **Estratégias e ampliação da rede**

Outro ponto de diferença está nas estratégias complementares de atendimento. Em Ribeirão Pires, além das terapias convencionais, a rede inclui a distribuição gratuita de óleo à base de cannabis medicinal, voltada a pacientes com TEA e outras condições, associada ao atendimento especializado por meio de parceria com o CER IV.

Em Rio Grande da Serra, o modelo prioriza acolhimento imediato para situações de crise, sem fila de espera, mas reconhece a necessidade de ampliação da oferta diante do aumento de diagnósticos.

Apesar das diferenças, as gestões municipais afirmam que mantêm monitoramento da demanda e buscam ampliar os serviços, seja por meio da contratação de profissionais, reorganização do fluxo ou criação de novos equipamentos.

As prefeituras de Santo André e São Bernardo não responderam até o fechamento da reportagem.

### **Atuação do Estado**

No âmbito estadual, o governo do Estado de São Paulo atua de forma complementar. Por meio do Peipeta (Plano Estadual Integrado para Pessoas com TEA), a gestão organiza a rede regional, mantém contratos com instituições especializadas e amplia a oferta de atendimentos ambulatoriais e internações.

Ainda assim, a responsabilidade direta pela oferta das terapias permanece com os municípios, dentro da lógica do SUS (Sistema Único de Saúde), enquanto o Estado presta apoio técnico e amplia a capacidade assistencial em casos de insuficiência.

### **Relatos expõem pouco atendimento**

É nesse cenário que surgem as críticas das famílias, a distância entre o modelo previsto e a rotina real. Moradora de São Caetano, a auxiliar administrativa Renata Alves, de 36 anos, mãe de um menino de sete anos com TEA, relata que o filho recebeu diagnóstico aos três anos e, desde então, precisa de acompanhamento frequente com diferentes especialistas. A mãe afirma que, apesar das orientações médicas, não consegue manter a regularidade indicada na rede pública. “Existe encaminhamento, mas não existe vaga na frequência que meu filho precisa. Quando tem sessão, o resultado aparece, mas depois há intervalo longo e isso atrasa o progresso”, diz.

Renata também aponta dificuldade para conciliar rotina familiar e disponibilidade de atendimento. Segundo a mãe, o filho apresenta avanços quando há sequência nas terapias, sobretudo na comunicação e na interação social, mas perde parte desse ganho nos períodos sem acompanhamento. “A evolução aparece, mas não se sustenta. A gente percebe que precisa de continuidade, não apenas de atendimento pontual”, afirma.

Em Diadema, a operadora de caixa Patrícia Gomes, de 31 anos, mãe de um menino de cinco anos com TEA, enfrenta situação semelhante. O diagnóstico veio

há cerca de um ano, desde então a família busca acesso regular às terapias indicadas. A mãe relata que a frequência disponível na rede pública não acompanha a recomendação clínica. “A equipe orienta um tipo de terapia com certa frequência, mas na prática não tem vaga suficiente. A gente precisa esperar ou aceitar menos sessões do que o indicado”, afirma.

Patrícia destaca que o filho apresenta maior necessidade de estímulo em fases iniciais do desenvolvimento, o que torna a irregularidade ainda mais preocupante. “Quando fica um tempo sem terapia, a gente percebe diferença na comunicação e na rotina. O desenvolvimento não segue como poderia. É frustrante porque o serviço existe, mas não atende como deveria”, diz.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3809390/terapias-para-tea-no-abc-expoem-descompasso-entre-servico-publico-e-demanda/>

**Veículo:** Online -> Site -> Site Repórter Diário

**Seção:** Cidades